

Políticas de cotas: desempenho acadêmico e determinantes de acesso à Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Affirmative actions: academic performance and determinants of access to Federal University of Rio Grande do Norte

Almog Griner¹

Anna Cecília Chaves Gomes²

Luciano Menezes Bezerra Sampaio³

Shirley Kelly Costa De Souza⁴

Resumo

Muito se tem discutido sobre as políticas de cotas adotadas pelas Universidades Públicas e o seu caráter assistencial. Diversos trabalhos tem sido desenvolvidos questionando essa abordagem, mas poucos com metodologias empíricas necessárias a críticas mais conclusivas. Na tentativa de fechar essa lacuna, este estudo pretende verificar o impacto que algumas variáveis socioeconômicas exercem no desempenho dos candidatos à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e, concomitantemente, comparar o desempenho entre os alunos cotistas e não cotistas, através do índice de rendimento acadêmico. Os dados utilizados para análise foram censitários para os anos de 2006 a 2010, permitindo uma análise quantitativa e fornecendo dados para uma discussão e avaliação da política de cotas adotada pela instituição. O estudo mostra que o fator mais relevante ao ingresso na Universidade é a origem escolar do candidato e que, apesar dos benefícios para acesso oferecidos aos alunos oriundos de escolas públicas, os maiores resultados

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas. Campus Universitário - Lagoa Nova - 59000-000 - Natal, RN - Brasil - Email: almogadm@gmail.com

² Formada em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atualmente cursa o doutorado em Gestão Organizacional pela UFRN. Email: annacecilia.cg@gmail.com

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas. Campus Universitário - Lagoa Nova - 59072-970 - Natal, RN - Brasil - Telefone: (84) 32153496

⁴ Med Up Consultoria. Rua Desembargador Túlio Bezerra de Melo, 3720 - Candelária - 59064-585 - Natal, RN - Brasil - Telefone: (84) 30811119 - Email: skcsouza@hotmail.com

ainda são registrados pelos alunos advindos de escolas privadas. Isso demonstra que existe uma discrepância entre o ensino praticado nesses dois tipos de escola. No entanto, uma vez admitidos na Universidade, observa-se a tendência à estabilidade nos rendimentos acadêmicos. Assim, pode-se concluir que considerando apenas o rendimento acadêmico não parece haver um desnível entre os alunos. No entanto, visto ser uma política social emergencial, é preciso que haja investimento na educação de base e um plano para que não seja necessário utilizar as cotas como política permanente.

Palavras-chave: Política de cotas. Argumentos de inclusão. Acesso a universidade.

Abstract

Much has been discussed on the affirmative actions adopted by public universities and its character of assistance. Several papers have been developed questioning this approach, but few with empirical methodologies needed to more conclusive criticism. In an attempt to close this gap, this study intends to verify the impact of some socio-economic variables have on the performance of candidates to the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) and, concomitantly, to compare performance between students with access to affirmative actions and students without access to affirmative actions, through the index of academic performance. The data used for analysis were a census of the years 2006 to 2010, allowing a quantitative analysis and providing data for a discussion and evaluation of the affirmative actions policy adopted by the institution. The study shows that the most important factor to enter the University is the origin school of the candidate and, despite the benefits of access offered to students from public high schools, the better results are still recorded by students coming from private schools. This demonstrates that there is a discrepancy between the teaching done in these two types of schools. However, once admitted on the University, there is a tendency to stability in academics performance. Thus, it can be concluded that considering only the academic performance there seems not to be a gap between students. However, since it is a social emergency, there must be investment in basic education and a plan for that not be necessary to use affirmative actions as a permanent policy.

Keywords: Affirmative actions. Public politics. Access to university.

1 Introdução

Avena (2003, p.2) afirma que “É lugar comum na literatura se reconhecer amplamente a importância da educação para o

desenvolvimento econômico, a melhoria na distribuição de renda e para o desenvolvimento tecnológico de um país.”

Para um país aspirar ser desenvolvido e independente, é essencial que tenha um sistema de educação superior forte. Num mundo em que, muitas vezes, o conhecimento se sobrepõe aos recursos materiais enquanto fator de desenvolvimento humano, a importância do ensino superior e de suas instituições mostra-se crescente. No entanto, o acesso ao ensino superior é restrito a uma pequena parcela da população.

Diante desse contexto, Emilio, Alves e Beluzzo (2004, p. 275) colocam que “ao oferecer ensino gratuito, a universidade pública assume um papel importante como instrumento de política social”. Os autores acrescentam, ainda, que essa questão tem movimentado discussões sobre como melhorar as condições de ingresso na universidade pública para os estudantes procedentes de classes menos favorecidas.

O acesso ao ensino superior está historicamente relacionado ao alcance e manutenção de privilégios, o que explica o seu caráter fortemente seletivo e, considerando o sistema educacional do Brasil como um dos mais seletivos do mundo, isso reflete num aprofundamento das desigualdades de acesso às oportunidades educacionais (QUEIROZ, 2003).

Ao longo das últimas décadas pesquisadores têm levantado os possíveis determinantes do desempenho de estudante em exames padronizados, como os de seleção ou qualificação de ensino. Guimarães e Sampaio (2007) pontuam que a situação familiar e características da escola são um amplo campo de análise para responder diversas questões referentes aos impactos no rendimento dos estudantes. E complementam, ainda, que compreender como esses testes são determinados é fundamental para orientar o desenvolvimento de políticas que visam à igualdade de acesso ao ensino superior.

Esse trabalho pretende verificar o impacto que algumas variáveis socioeconômicas exercem no desempenho dos candidatos à universidade federal, através de um estudo com dados da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e concomitantemente, comparar

o desempenho entre os alunos cotistas e não cotistas, através do índice de rendimento acadêmico. Os dados utilizados para análise foram censitários para os anos de 2006 a 2010.

Muitos estudos presentes na literatura internacional já reconhecem a importância da educação para o desenvolvimento tecnológico de uma nação. No Brasil, embora seja extensa a quantidade de trabalhos realizados na área de educação, poucos se dedicaram a analisar os fatores determinantes das performances dos estudantes.

Já existem referências de estudos deste cunho, focados ao ensino superior, elaborados com dados de algumas universidades do país. Esses trabalhos foram desenvolvidos na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2003, analisando a desigualdade no ensino superior; na Universidade de São Paulo (USP) em 2004, avaliando os determinantes do acesso à universidade; na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2007, verificando o que mais importa no desempenho dos estudantes no exame vestibular; e na Universidade Federal do Ceará (UFC) em 2008, onde levantaram as chances de sucesso dos candidatos ao vestibular, através do status econômico, *background* familiar e a formação educacional. No entanto, até o momento, nenhum estudo deste caráter foi desenvolvido com dados da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Com base nas pesquisas já realizadas, observa-se que a desigualdade para o ingresso às universidades gratuitas é um fato. Visto que a educação é tida como principal viés para a redução das desigualdades, a discussão atual é encontrar meios para permitir a todos um acesso igualitário à educação e, principalmente, ao ensino superior.

A partir disso, o diferencial neste estudo é a análise dos impactos do Argumento de Inclusão, adotado atualmente na UFRN, como uma política para facilitar o acesso à universidade de alunos da rede pública de ensino.

A pesquisa é do tipo descritiva, pois tem como função principal a análise do objeto, buscando descrever a sua situação atual. De maneira

complementar, é possível classificar a presente pesquisa também como explicativa, pois visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Para elaboração desta pesquisa, foram utilizados dados oriundos de fontes secundárias, colhidos através do questionário socioeconômico, preenchido pelos alunos que se candidataram ao vestibular e as estatísticas cruzadas, ambos disponibilizados pela COMPERVE.

O intuito deste trabalho é fazer uma análise quantitativa, de modo a permitir uma discussão e avaliação, da atual política de inclusão social adotada pela UFRN.

2 Fundamentação Teórico-Empírica

2.1 O Vestibular e Sua Concorrência

Até o final do século XIX, a universidade moderna se propunha a produzir um conhecimento superior para uma pequena minoria elitista, de jovens num contexto institucional classista. Porém, a partir da segunda metade do século XX, houve a reivindicação pela expansão do sistema universitário, colocando a universidade diante do dilema entre permanecer transmitindo conhecimento para um número reduzido da população ou ampliar para uma camada maior, sem perder sua centralidade (TOSCANO, 1997).

Mesmo com o grande aumento no número de vagas destinadas ao ensino superior, nota-se que a demanda por essas vagas também vem crescendo sistematicamente ao longo dos anos, tornando-se maior que sua oferta. Em paralelo, pode-se perceber que esta ampliação não foi acompanhada por um processo de democratização no acesso à universidade, afirmam Guimarães e Arraes (2008).

Em todo o mundo há alguma espécie de seleção para entrar no ensino superior. Zanchetta (2009) esclarece que nos Estados Unidos a seleção se faz por meio das notas obtidas no colegial, um teste de aptidão e outro de conhecimentos; na Alemanha também há um rigoroso

teste para avaliação dos jovens; na Argentina, por sua vez, eliminou-se o exame tradicional, qualquer estudante que tenha concluído o segundo grau pode entrar no chamado ciclo comum básico da universidade, onde a seleção se realiza de fato, pois nele todas as provas são eliminatórias; no Brasil, há o Vestibular.

Toscano (1997) explica que, mais que uma mera prova, “o vestibular constitui-se um fenômeno que gera bastante expectativa e mobilização das famílias dos mais diferentes grupos sociais que aspiram pela aprovação e acesso de seus filhos à universidade”. Porém, o acesso ao nível superior é restrito e, por isso, são comuns as discussões sobre as desigualdades de condições que os candidatos apresentam ao prestarem um concurso de vestibular.

Alguns estudos, inclusive brasileiros, levantam aspectos que influenciam no desempenho dos estudantes em exames avaliativos. Diferenças regionais, nível educacional dos pais e etnia podem ser colocados como diferenciais aos resultados. Porém, apesar de todo o investimento financeiro em educação no Brasil, o desempenho de alunos das redes públicas e privada aparenta ser um aspecto definitivo. Em consonância com isso, o próximo item abordará os contrastes dos ensinos público e privado no Brasil.

2.2 O contraste entre o Ensino Público e o Ensino Privado

A Constituição Federal de 1988 se refere à educação como direito de todos e dever do Estado e da família, que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Complementariamente, Bonamino (2003, p. 257) cita um trecho do artigo 206 da referida constituição que diz que o ensino deve ser ministrado com base no princípio de “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas”, na “coexistência de instituições públicas e privadas”.

Com base no estudo de Sampaio e Guimarães (2009), há uma grande disparidade entre os colégios privados e públicos e, portanto, pode-se inferir a necessidade de uma melhoria considerável do ensino

público “para efetivamente contribuir para a redução das disparidades de oportunidade de ensino e, em última análise, para a redução das desigualdades sociais e econômicas”.

Queiroz (2003) conclui em seu estudo que, ao se avaliar o desempenho no vestibular, levando em consideração o tipo de escola freqüentada no ensino médio, que os estudantes oriundos da escola privada exibem melhor desempenho que os oriundos de uma escola pública. Uma vez na universidade, ainda se observam os mesmos resultados com relação ao rendimento no curso, ou seja, os estudantes vindos da escola privada apresentam médias mais elevadas que os que vieram de escolas públicas, embora com diferença menos significativa.

2.3 Políticas de Cota: Argumento de Inclusão

Devido a razões de caráter histórico e ao desenvolvimento das políticas educacionais no Brasil, desenvolveu-se, com o passar dos tempos, um quadro em que os alunos de escola pública apresentam desempenho inferior aos da escola privada em processos seletivos. Com base nesta questão, discute-se a respeito de políticas compensatórias que permitam aumentar as possibilidades de acesso e da inclusão de alunos de escola pública à universidade pública.

Segundo Santos (2005, p. 163), a intenção de se pensar nessas políticas é a “democratização radical da universidade, pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes de que a universidade tem sido protagonista ao longo do tempo”. Deste modo, o autor acrescenta (p.741), a universidade poderia cumprir a sua principal função, abrindo “espaços para incorporar todos os cidadãos, que o queiram, no saber e no conhecimento, cumprindo também a sua função de ser uma instituição republicana de combate às desigualdades”

Uma dessas políticas, sugerida e adotada pela UFRN desde o vestibular de 2006, é o chamado Argumento de Inclusão (AI). Conforme informações obtidas na COMPERVE, o AI consiste em “um sistema de pontuação adicional, diferenciado, que considera, como referência,

critérios socioeconômicos e de desempenho dos candidatos da rede pública no processo seletivo (vestibular)”.

Ainda se complementa, na mesma fonte, que se constitui em uma ação transitória, que tem como intuito ampliar o acesso dos alunos da rede pública que se colocam “sempre em desvantagem em relação aos alunos da rede privada”.

O cálculo do Argumento de Inclusão foi desenvolvido com base nos dados da demanda e do desempenho dos candidatos da rede pública em anos anteriores do processo seletivo. Os Argumentos de Inclusão são definidos para grupos de cursos e acrescidos no cálculo do Argumento de Classificação de candidatos da rede pública. Para o processo seletivo de 2010, conforme apresentado no edital, o beneficiário terá vantagem de 10% sobre os demais vestibulandos.

Para se beneficiar do AI em 2006, os candidatos deveriam ter cursado, com aprovação, na modalidade regular, o 9º ano (antiga 8ª série) do Ensino Fundamental e as três séries do Ensino Médio em escolas da rede pública do Estado do RN; ter concluído o Ensino Médio no máximo dois anos antes do ano do vestibular pretendido; e teriam que obter o Argumento Parcial igual ou superior à média dos Argumentos Parciais dos candidatos inscritos para o mesmo curso.

Com o passar dos anos, houve algumas alterações nos requisitos para utilização do AI devido, inclusive, a discussões no âmbito judicial. Para o processo seletivo de 2010, os alunos não precisam ter estudado obrigatoriamente no RN e precisam apenas ter concluído o ensino médio regular, sem a necessidade de ter sido nos dois anos anteriores.

Os Argumentos de Inclusão recaem sobre os cursos que apresentam maiores demandas por parte de alunos da rede pública. Este benefício só se aplica aos cursos que nos últimos anos não aprovaram acima de 50% dos candidatos da rede pública.

2.4 Aspectos Determinantes para Acesso à Universidade

Alguns trabalhos já se empenharam em levantar os aspectos relevantes ao desempenho de estudantes, nos diversos níveis escolares.

Queiroz (2003) em pesquisas desenvolvidas durante as décadas de 60 e 70, concluiu que os aspectos socioeconômicos e de origem familiar repontam como sendo de influência poderosa na determinação do sucesso acadêmico.

Queiroz (2003), ressalta que os estudos sobre o caráter seletivo do ensino superior no Brasil têm se focado, essencialmente, na análise dos determinantes econômicos desse processo, sem considerar, por vezes, o efeito de outros elementos como etnia e gênero que, assim como o status, “são responsáveis pela exclusão de considerável parcela da população das oportunidades de acesso ao ensino superior no Brasil”.

Levando isso em consideração, Guimarães e Sampaio (2007), utilizaram dados de características pessoais dos estudantes, tais como idade, gênero, etnia e religião, na tentativa de se estimar os determinantes chaves da *performance* dos estudantes no vestibular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Um dos aspectos mais destacado, nos diversos trabalhos encontrados, foi a disparidade entre os resultados dos alunos oriundos de escolas públicas e de escolas privadas. Conforme colocam Guimarães e Arraes (2008, p. 14), ao se depararem com um resultado já esperado, “os rendimentos dos candidatos no vestibular que estudaram em escolas particulares são superiores aos daqueles que estudaram em escolas públicas”. Guimarães e Sampaio enfatizam que os alunos que frequentaram a escola pública têm sua pontuação reduzida para cada ano adicional inseridos no sistema público.

Queiroz aponta que diante da análise do desempenho dos estudantes segundo a condição étnica e o status socioeconômico revelou-se que ao gradiente de cor corresponde uma gradação no desempenho do estudante, evidenciando que o melhor desempenho cabe aos que se consideram brancos e aos de status mais elevado. A comparação dos segmentos étnico no nível de baixo status mostrou que, mesmo em condições socioeconômicas similares, os negros estão sujeitos a maiores desvantagens. Os oriundos da escola privada, em

todos os segmentos étnicos, apresentam melhor desempenho que os da escola pública, em ambos os momentos.

Outro aspecto mencionado como diferencial entre os estudantes foi a formação dos membros da família. Para Guimarães e Arraes (2008), há prevalência de efeitos positivos sobre rendimentos dos candidatos no concurso de vestibular, caso os pais detenham um curso superior. Queiroz (2009, p.16) complementa que “a escolaridade do pai tem efeito sobre o desempenho do estudante, mostrando que os estudantes cujos pais possuem escolaridade superior têm maiores médias que aqueles cujo pai não completou o antigo curso primário.” Guimarães e Sampaio (2009) defendem que o nível escolar da mãe impacta positivamente nos resultados dos candidatos. No entanto, Guimarães e Arraes (2008) fazem uma ressalva que a titulação do pai apresentou um impacto levemente superior ao da titulação da mãe na probabilidade do candidato pertencer ao grupo de melhor desempenho no geral.

Além das variáveis mencionadas, Guimarães e Sampaio (2009) ainda colocam que o fácil acesso à internet, aulas de laboratório e aulas de idiomas também influenciam positivamente nos resultados dos alunos nos testes em questão.

3 Metodologia

O presente trabalho se caracteriza por ser exploratório descritivo com abordagem quantitativa, onde procura-se observar quais variáveis, dentre as consideradas teoricamente relevantes por trabalhos anteriores, exercem influência na entrada e no desempenho do aluno da UFRN.

Para tal, a amostra foi composta por um censo dos alunos aprovados na instituição,. Os dados foram adquiridos secundariamente a partir da COMPERVE, e referentes aos anos de 2006 à 2010, uma vez em que estes foram os anos aos quais a UFRN utilizou o sistema de cotas.

Os dados foram analisados principalmente a partir de estatísticas descritivas onde como *proxy* de rendimento do aluno após sua entrada

na universidade foi utilizado o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) e para sua entrada o argumento adquirido pelo mesmo no vestibular.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para se analisar a questão das políticas de cotas, em especial ao Argumento de Inclusão (AI), para alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foram realizados alguns cruzamentos com dados que se julgam relevantes mediante as discussões atuais.

Em princípio, foi efetuado o levantamento dos alunos da UFRN (conforme tabela 1) que não solicitaram o AI; os que solicitaram e gozaram de tal benefício; aqueles que solicitaram o AI, mas independente deste facilitador ingressariam na Universidade; os que solicitaram, mas a não tiveram acesso na primeira chamada; e, por fim, aqueles candidatos que requisitaram, mas, tiveram o benefício negado.

Tabela 1 - Argumento de Inclusão X Ano/Semestre de entrada

Argumento de Inclusão X Ano/Semestre de entrada										
Variáveis	2006.1	2006.2	2007.1	2007.2	2008.1	2008.2	2009.1	2009.2	2010.1	2010.2
Não requerido	2444	1160	2171	1023	2047	997	2520	1818	2550	1730
Requerido / deferido / acesso / AI necessário	14	17	45	80	52	97	88	107	413	322
Requerido / deferido / acesso / AI não necessário	150	38	411	128	633	133	746	262	872	140
Requerido / deferido / não acesso	0	0	7	7	23	9	31	12	62	20
Requerido / indeferido	29	15	22	18	11	2	22	6	103	77

Fonte: Dados do estudo, 2010 (disponibilizado pela COMPERVE)

O uso do Argumento de Inclusão para acesso dos alunos de escolas públicas à Universidade tem aumentado muito nos últimos anos. Em 2006, apenas 31 alunos ingressaram na UFRN em função desse benefício, em 2010, entretanto, esse número pulou para 735,

registrando um aumento de 2.270,1%. A justificativa para alteração tão significativa desse dado é a maior divulgação do projeto por parte do Governo Federal e também aumento no número de vagas registrado em alguns cursos nos últimos anos.

Após esta primeira análise, foram levantados em outros trabalhos, conforme apresentado no referencial teórico, os aspectos tidos como agravantes das diferenças sociais no país. Estes aspectos foram cruzados com o Argumento Final (nota do vestibular) para se observar em minúcia quais destes critérios apresentam-se relevantes de fato no caso específico da UFRN.

O primeiro aspecto enfatizado foi o tipo de escola de origem do aluno, como se pode verificar na tabela abaixo:

Tabela 2 - Tipo de escola em que concluiu ou esta concluindo o ensino médio X Argumento final

Tipo de escola em que concluiu ou esta concluindo o ensino médio X Argumento final				
Variáveis	500 -- 550	550 -- 600	600 -- 700	Mais de 700
Outro tipo de escola	30,5%	29,1%	21,5%	1,9%
Parte em escola pública, parte em escola particular	34,1%	26,8%	17,9%	2,2%
Todo em escola particular	23,5%	29,2%	32,8%	4,6%
Todo em escola pública	31,3%	25,2%	19,0%	2,0%

Fonte: Dados do estudo, 2010 (disponibilizado pela COMPERVE)

Apesar dos benefícios para acesso oferecidos aos alunos oriundos de escolas públicas, os maiores Argumentos Finais ainda são registrados pelos alunos advindos de escolas privadas. Isso demonstra que há uma possível discrepância entre o ensino praticado nas escolas públicas em relação ao ensino da escola pública.

Em consequente, foi observada a questão da etnia do candidato, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 3 - Etnia X Argumento final

Etnia X Argumento Final				
Variáveis	500 -- 550	550 -- 600	600 -- 700	Mais de 700
Amarelo(a) (de origem oriental)	28,0%	27,2%	26,7%	2,4%
Branco(a)	26,1%	27,8%	27,7%	3,3%
Indígena ou de origem	28,6%	28,6%	23,5%	0,8%
Negro(a)	31,7%	28,4%	18,8%	1,7%
Pardo(a)/Mulato(a)	29,1%	27,2%	25,1%	2,7%
Remanescente de quilombo	35,0%	20,0%	20,0%	7,5%

Fonte: Dados do estudo, 2010 (disponibilizado pela COMPERVE)

Fazendo uma análise comparativa dos Argumentos Finais dos alunos que se consideram negros e daqueles que se consideram brancos, verifica-se que as diferenças são aparentemente insignificantes. Ou seja, a etnia não se apresenta como parâmetro de diferenciação. Isto, por sua vez, explica e reforça o posicionamento da Universidade em não utilizar cotas raciais para facilitar o ingresso de alunos de origem negra.

A maioria dos alunos cuja renda familiar ultrapassa 10 salários mínimos obtém um Argumento Final superior a 600 pontos. De um modo geral, quanto maior a renda familiar, supõe-se que este aluno teve melhores possibilidades de obter boa educação de base e, conseqüentemente, maior será a sua nota no exame vestibular. Isso pode ser observado de modo mais detalhado na tabela que se segue.

Tabela 4 - Renda familiar X Argumento final

Renda familiar X Argumento final				
Variáveis	500 -- 550	550 -- 600	600 -- 700	Mais de 700
Até 1 salário mínimo	34,0%	20,6%	9,8%	0,7%
Mais de 1 até 5 salários mínimos	32,8%	27,6%	17,9%	1,4%
Mais de 5 até 10 salários mínimos	26,4%	30,6%	27,7%	3,0%
Mais de 11 até 20 salários mínimos	24,0%	27,9%	32,7%	4,3%
Mais de 20 salários mínimos	23,6%	27,8%	34,0%	5,0%

Fonte: Dados do estudo, 2010 (disponibilizado pela COMPERVE)

Visto que a política do Argumento de Inclusão foi implantada desde 2006 na UFRN, foi feita uma análise ano a ano para observar a relação entre a utilização, ou não, do AI e o respectivo Índice de Rendimento Acadêmico (IRA), como forma de avaliar se o fato de um aluno que teve condições desfavoráveis de ensino numa escola pública afetará o seu rendimento mediante os alunos que ingressam na UFRN por meritocracia – sem usufruir do benefício citado. Para tanto, podem-se observar as tabelas que se seguem:

Tabela 5 - Argumento de Inclusão x IRA 2006

Argumento de Inclusão x IRA (2006)						
Variáveis	Menos de 5	5 -- 6	6 -- 7	7 -- 8	8 -- 9	9 -- 10
Não requerido	13,6%	7,0%	11,9%	24,5%	35,8%	7,1%
Requerido / deferido / acesso / AI necessário	3,2%	3,2%	3,2%	3,2%	67,7%	19,4%
Requerido / deferido / acesso / AI não necessário	5,9%	2,1%	9,0%	23,9%	50,0%	9,0%
Requerido / deferido / não acesso	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Requerido / indeferido	18,2%	6,8%	20,5%	29,5%	22,7%	2,3%

Fonte: Dados do estudo, 2010 (disponibilizado pela COMPERVE)

Notou-se no ano de 2006 que os melhores resultados no IRA foram daqueles alunos que solicitaram e tiveram o Argumento de Inclusão deferido. Ressalta-se ainda que a maior concentração percentual de IRA se encontra entre aqueles que somente puderam ingressar na universidade em virtude do AI, resultando em 67,7% de ingressantes com IRA entre 8 e 9.

Este resultado chama atenção e nos permite inferir que há, de repente, uma valorização deste benefício, o que faz com que tais alunos se esforcem para obter maiores notas na universidade. Ainda é relevante ressaltar que este resultado é pouco significativo ao se considerar que no ano em questão apenas 31 alunos solicitaram e utilizaram-se do AI.

Tabela 6 - Argumento de Inclusão x IRA 2007

Argumento de inclusão x IRA (2007)						
Variáveis	Menos de 5	5 -- 6	6 -- 7	7 -- 8	8 -- 9	9 -- 10
Não requerido	12,6%	5,9%	11,3%	25,0%	39,3%	6,0%
Requerido / deferido / acesso / AI necessário	1,6%	4,8%	16,8%	32,0%	35,2%	9,6%
Requerido / deferido / acesso / AI não necessário	9,8%	5,9%	10,4%	23,9%	41,6%	8,3%
Requerido / deferido / não acesso	0,0%	0,0%	28,6%	35,7%	21,4%	14,3%
Requerido / indeferido	12,5%	2,5%	17,5%	22,5%	42,5%	2,5%

Fonte: Dados do estudo, 2010 (disponibilizado pela COMPERVE)

Em 2007, embora a diferença diminua consideravelmente, tem-se ainda uma situação onde aqueles que necessitaram do AI apresentaram maior quantidade percentual de médias positivas (considerando-se as médias entre 7 e 10), seguido por aqueles que solicitaram o AI mas este não foi necessário, aqueles que requereram mas não tiveram acesso e por fim por aqueles que não requereram, com uma diferença percentual aproximada de 3% para cada grupo.

Tabela 7 - Argumento de Inclusão x IRA 2008

Argumento de inclusão x IRA (2008)						
Variáveis	Menos de 5	5 -- 6	6 -- 7	7 -- 8	8 -- 9	9 -- 10
Não requerido	14,4%	6,3%	12,2%	26,1%	35,5%	5,6%
Requerido / deferido / acesso / AI necessário	6,7%	6,7%	7,4%	34,2%	41,6%	3,4%
Requerido / deferido / acesso / AI não necessário	8,9%	4,3%	12,5%	25,8%	44,1%	4,3%
Requerido / deferido / não acesso	12,5%	6,3%	3,1%	15,6%	43,8%	18,8%
Requerido / indeferido	15,4%	15,4%	0,0%	23,1%	38,5%	7,7%

Fonte: Dados do estudo, 2010 (disponibilizado pela COMPERVE)

No ano de 2008, observa-se que existe uma elevação significativa no IRA dos alunos que solicitaram o AI, mas a princípio não ingressaram

na universidade. A ordem continua em geral a mesma, acrescentando-se apenas o fator da elevação das notas dos alunos já citados.

Tabela 8 - Argumento de Inclusão x IRA 2009

Argumento de inclusão x IRA (2009)

Variáveis	Menos de 5	5 -- 6	6 -- 7	7 -- 8	8 -- 9	9 -- 10
Não requerido	14,9%	6,4%	12,1%	26,4%	33,5%	6,7%
Requerido / deferido / acesso / AI necessário	12,3%	3,6%	10,3%	34,9%	34,9%	4,1%
Requerido / deferido / acesso / AI não necessário	10,0%	3,8%	10,1%	25,7%	44,0%	6,3%
Requerido / deferido / não acesso	14,0%	9,3%	16,3%	32,6%	23,3%	4,7%
Requerido / indeferido	7,1%	0,0%	10,7%	35,7%	35,7%	10,7%

Fonte: Dados do estudo, 2010 (disponibilizado pela COMPERVE)

No ano de 2009, existe a primeira inversão do grupo com o maior IRA, onde os alunos que receberam o AI, mas este não foi condição necessária para seu ingresso na universidade, ultrapassam as notas daqueles que necessitaram deste e os alunos que tiveram seu AI indeferidos mostram-se com um desempenho positivo.

A observada estabilidade onde se esperava uma seqüência de melhores colocações de IRA para certos grupos é quebrada, gerando espaço para inversões de posições e uma ou outra forte diferença localizada. Com base nisso, pode-se afirmar que, até então, os dados não demonstram a existência de qualquer diferença significativa de resultado dos alunos que ingressaram na universidade através do Argumento de Inclusão.

Cabe ressaltar que todos os quadros e conclusões deste estudo baseiam-se em estatística descritiva, sendo sugerido o uso de ferramentas mais sofisticadas para uma análise de maior teor no sentido da confiabilidade.

Para futuras pesquisas, considera-se que se analisem os resultados de IRA e Argumento Final com base na média de cada curso. Acredita-se que esta nova análise poderia descartar o viés advindo da diferença significativa de médias nos diversos cursos e áreas da UFRN.

5 Considerações Finais

Tendo em vista que o objetivo central do estudo consistia na verificação do impacto de algumas variáveis socioeconômicas no desempenho dos candidatos à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, enfocando-se em uma análise dos resultados do Argumento de Inclusão, constata-se que, enquanto análise preliminar, o estudo permite visualizar a atuação da corrente política de cotas adotada na universidade em questão e levantar inferências acerca do tema.

A partir da análise dos pontos tidos como relevantes no momento de se auferir uma política de cotas, observou-se que aspectos baseados puramente na classificação étnica não se mostraram significantes, enquanto a renda familiar e a escola de origem tiveram representatividade no desempenho dos candidatos no exame vestibular.

Isto fundamenta a adoção da política de cotas (Argumento de Inclusão) preconizada para alunos oriundos de escolas públicas na UFRN. No entanto, mesmo usufruindo dos benefícios oferecidos aos alunos de escolas públicas, os maiores resultados no exame vestibular (Argumento Final) ainda são registrados pelos alunos advindos de escolas privadas.

O estudo mostra, ainda, uma expressiva popularização do Argumento de Inclusão nos últimos cinco anos. Acompanhando essa evolução, percebeu-se que, uma vez admitidos na Universidade, estes alunos tendem a uma estabilidade em seus rendimentos acadêmicos, e que, independente da forma como o fazem, não parece haver um desnível entre os alunos.

No entanto, visto ser uma política social emergencial, é preciso que haja investimento na educação de base, de modo a permitir uma paridade entre os estudantes independente de sua origem. Desta forma o ingresso à universidade estaria respaldado por alicerces meritocráticos. Por melhor que sejam as intenções dos legisladores, atualmente não se apontam iniciativas de mudanças concretas nesse panorama.

Por fim, sugerem-se novas pesquisas com dados brutos e técnicas de modelagem mais sofisticadas para a obtenção de resultados mais

precisos e concretos. Estes resultados poderiam, ainda, ser cruzados com dados de estudos em outras universidades da região e/ou a âmbito nacional.

Referências

AVENA, C. P. Demanda por ensino superior a partir de uma abordagem de capital humano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 31., 2003, Porto Seguro. *Anais...* Porto Seguro: Florianópolis, 2003. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/F29.pdf>>. Acesso em: 1º out. 2009.

AZEREDO, S. Mestiçagem, igualdade e afirmação da diferença: pensando a política de cotas na universidade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 738-755, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a17v13n3.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2009.

BONAMINO, A. M. C. O público e o privado na educação brasileira inovações e tendências a partir dos anos de 1980. Dossiê “O Público e o Privado na Educação Brasileira”. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, SP, n. 5, p. 253-276, 2003. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE5.pdf#page=253>>. Acesso em: 7 out. 2009.

COMPERVE. *Argumento de inclusão 2006*. Disponível em: <<http://www.comperve.ufrn.br/conteudo/psanteriores/ps2006/argumentoinclusao.htm>>. Acesso em: 28 set. 2009.

COSTA, Leandro O.; ARRAES, Ronaldo A. Contrastes da política educacional brasileira entre escolas públicas e privadas. In: HERMANNNS, Klaus; ARRAES, Ronaldo A. (Org.). *Desigualdades e políticas regionais*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2007. p.137-163.

DUCZMAL, Luiz Henrique; SANTOS, Luiza Adelma Dos. *Análise das mensalidades de algumas escolas particulares de Belo Horizonte e desempenho no vestibular*. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <<ftp://ftp.est.ufmg.br/pub/rts/rta0301.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2011.

DUMAS, C.; LAMBERT S. Educational achievement and socioeconomic background: causality and mechanisms in Senegal. *Journal of African Economies*, v. 20, n. 1, p. 1-26, Jan. 2011.

EMILIO, D. R.; ALVES, D C. O.; BELUZZO JUNIOR, Walter. Uma análise econométrica dos determinantes do acesso à Universidade de São Paulo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 275-306, 2004.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.

GUIMARÃES, D. B.;ARRAES, R.A. Status sócio-econômico, background familiar, formação educacional e as chances de sucesso dos candidatos ao vestibular

da UFC. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 8, n. 2, p. 81-94, jul./dez. 2010.

GUIMARÃES, J.; SAMPAIO, B. *The influence of family background and individual characteristics on entrance tests scores of Brazilian university students*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA , 35, 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPEC, 2007. CD-ROM.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução, análise*. São Paulo: Atlas, 1993.

QUEIROZ, D. M. Desigualdade no ensino superior: cor, status e desempenho. In: REUNIÃO DA ANPED, 27, Novo Governo. *Novas políticas?* Caxambu, 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/delcelemarescarenhasqueiroz.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2009.

SAMPAIO, B.; GUIMARAES, J. Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil. *Revista Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 45-68. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo>.

br/scielo.php?pid=S1413-80502009000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 set. 2009.

SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 23, p. 137-202, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n49/29241.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2009.

SILVA, L. H.; AZEVEDO, J. C. *Paixão de aprender II*. Petrópolis: Vozes. 1995.

TOSCANO, G. S. Vestibular: A escolha dos escolhidos (um estudo sobre a UFRN). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 4., 1997, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/trab024.rtf>. Acesso em: 2 out. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Edital Vestibular 2010*. Disponível em: <<http://www.comperve.ufrn.br/conteudo/psanteriores/ps2010/edital.php>>. Acesso em: 28 set. 2009.

VASCONCELOS, S. D.; SILVA, E. G. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação. acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 49, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n49/29241.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2009.

ZANCHETTA, M. I. *Como e quando surgiu o exame que mexe tanto com os jovens*. 2009. Disponível em: <http://www.universitario.com.br/noticias/noticias_noticia.php?id_noticia=7520>. Acesso em: 4 out. 2009.

Artigo Recebido em: 15/03/2013

Revisado em: 27/03/2013

Aprovado em: 01/04/2013